

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2012
(do Sr. Nilson Leitão)

Solicita que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença das autoridades a seguir listadas, para prestarem esclarecimentos acerca da reestruturação da carreira docente e dos servidores técnicos administrativos das instituições federais de ensino.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação das autoridades listadas, para prestarem esclarecimentos acerca da reestruturação da carreira docente e dos servidores técnicos administrativos das instituições federais de ensino.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

- Aloizio Mercadante – Ministro da Educação;
- Miriam Belchior – Ministra do Planejamento;
- João Luiz Martins Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Maria Lúcia Cavalli Neder – Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

O cenário brasileiro expresso nas principais políticas públicas de educação e saúde apresentam sérios problemas.

Neste sentido, é grave a situação dos professores das universidades federais e dos servidores técnicos administrativos. Das 59 universidades federais, 56 têm professores parados. Além disso, a greve dos servidores técnicos administrativos atinge 34 dos 38 institutos federais de ciência e tecnologia em 22 estados, além dos dois centros federais de tecnologia e o Colégio Pedro II.

A situação está sendo veiculada pela mídia nacional e acompanhada pela sociedade brasileira, principalmente sentida e vivida pelos jovens estudantes.

Conforme veiculado em 28/06/2012, Do G1, em São Paulo, por Ana Carolina Moreno:

“Greve de professores atinge 95% das instituições federais, diz sindicato.

Segundo o Andes, apenas 3 universidades e 4 institutos não pararam. Professores preparam ato em frente ao Banco Central de várias cidades.

A mobilização nacional de professores das instituições federais de ensino pela reestruturação da carreira docente chegou nesta quarta-feira (27) à adesão de 95% das instituições, segundo dados do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Das 59 universidades, 56 têm professores parados. Além disso, a greve dos servidores técnicos administrativos atinge 34 dos 38 institutos federais de ciência e tecnologia em 22 estados, além dos dois centros federais de tecnologia e o Colégio Pedro II.

Os docentes preparam, para a manhã desta quinta-feira (28), atos em frente às sedes e subsedes do Banco Central em várias cidades brasileiras.

A categoria dos docentes pleiteia carreira única com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35), e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho.

Negociações

O sindicato reclama da morosidade nas negociações e do fato de elas estarem concentradas principalmente nas mãos do Ministério do Planejamento -- quem coordena o processo é o secretário das Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça.

"É uma questão de concepção, essa não é uma discussão numérica. Por se tratar de educação, é uma discussão qualitativa", afirmou ao G1 o professor Tiago Leandro da Cruz Neto, que integra o comando nacional de greve dos docentes.

De acordo com ele, o Ministério do Planejamento "discute apenas números", e não aborda a questão da efetiva reestruturação da carreira, que inclui, por exemplo, permitir que os professores atinjam o topo de sua carreira mais rapidamente, e não logo antes, ou mesmo depois, de atingirem o tempo de contribuição mínima para a aposentadoria.

"O MEC tem participado, mas de forma bastante tímida, precisa ser mais incisiva, a discussão precisa ser qualitativa", disse Cruz Neto.

Outro lado

Procurado pelo G1, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão afirmou, por meio de sua assessoria, que a reunião com as entidades que representam a categoria dos docentes, agendada para o dia 19, mas adiada, deve acontecer na próxima semana, mas ainda sem data confirmada. Ainda de acordo com o ministério, o secretário tem se reunido internamente com membros do governo para encontrar uma solução para o impasse nas negociações.

A última proposta do governo, divulgada em 13 de junho, sugeria que a carreira dos docentes das federais seguissem o mesmo plano de carreira dos servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia, que contempla o reajuste salarial e a incorporação das gratificações.

O Ministério da Educação afirmou, em nota, que é importante frisar que, "sobre a greve das instituições federais de ensino superior, quem define a agenda de negociação é o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)".

O MEC disse ainda que tem uma proposta de plano de carreira pronta para apresentar às demais partes, na próxima reunião agendada pelo Ministério do Planejamento. A assessoria de imprensa do Ministério da Educação não divulgou a proposta, mas afirmou que ela prioriza "a dedicação exclusiva e titulação docente".

Portanto, a realização de audiência pública é de fundamental importância para que os Ministérios da Educação e Planejamento apresentem uma proposta de reestruturação da carreira docente para acompanhamento desta Casa Legislativa, e em especial, para os docentes e técnicos das Instituições Federais de Ensino, que impulsionam a produção do conhecimento e inovação tecnológica do País.

Sala das Comissões, em de julho de 2012.

Deputado Nilson Leitão